

**CARTAS DE PRESOS POLÍTICOS E DE SEUS FAMILIARES:
VIOLÊNCIA E ATUAÇÃO FEMININA NO GOVERNO VARGAS. 1930-1945.**

Janete Leiko TANNO

Resumo: Para a análise do tema da repressão durante o governo Vargas (1930-1945), as cartas de presos políticos e de seus familiares revelaram ser fontes valiosas para a percepção do alcance e dos significados para parte da sociedade do poder repressivo empregado por este governo no combate a seus “inimigos”. Por meio dessas cartas, dirigidas, especialmente, ao chefe de polícia Filinto Müller, percebe-se o poder que a polícia alcançou nesse período e também como os familiares dos presos políticos foram atingidos pela política repressiva varguista, tendo suas famílias desorganizadas e forçando as mulheres destes a desempenharem outros papéis além dos de esposa, mãe e dona-de-casa.

Palavras – chave: Governo Vargas; Repressão; Cartas.

Abstract: To the analyse of the theme of repression during Varga's government (1930-1945), the political prisoners letters and those ones from theirs relatives revealed to be valorous sources to the perception of the extent and the meanings to part of the society of the repressive power used by this government to fight against his “enemies”. Through these letters, addressed to the police chief Filinto Müller specially, we perceive the power that the police achieved in this period and how the relatives of political prisoners were reached by Varga's repressive politics, and their families were disorganized and their womem were forced the carry out other roles besides wife, mother and housewife.

Keywords: Varga's Government; Repression, Letters.

Este artigo faz parte da pesquisa realizada para o mestrado em história, concluído em 1995, sob o título: *Repressão e Controle Social no Governo Vargas (1930-1945)*¹. Entre os documentos analisados para a discussão de tal temática, utilizei memórias, documentos oficiais da Polícia, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e relatórios diversos, além de cartas de presos políticos e de seus familiares, em especial, de suas mães e esposas. A utilização deste último tipo de documento para a análise da questão da violência e seus desdobramentos durante o governo Vargas, será o objeto de reflexão no momento.

Atualmente, o uso desse tipo de documentação por historiadores é cada vez mais freqüente, como atesta o recente livro organizado por Angela de Castro Gomes: *Escrita de si. Escrita da História*². Nele constam vários artigos que empregam a correspondência como fonte principal

para a análise das mais diversas temáticas. Portanto, parece que os historiadores também passaram a dar a devida importância à correspondência como fonte para a escrita da história. Assim como qualquer outro tipo de documento, o uso de correspondência como fonte, requer alguns cuidados metodológicos.

A correspondência como uma forma de escrita de si, implica uma relação de troca (informações, pedidos, confidências) entre o remetente e o destinatário que se revezam nesses papéis, é, portanto, segundo Ângela de Castro Gomes, uma prática relacional que envolve quem escreve e quem lê, sendo que cabe ao destinatário preservar ou não as cartas. De acordo com a autora, *a idéia de pacto epistolar segue essa lógica, pois envolve receber, ler, responder e guardar cartas*³.

Apesar do caráter essencialmente particular e íntimo da escrita epistolar, as cartas dos presos políticos e de seus familiares possuem a especificidade de terem sido remetidas ao chefe de polícia Filinto Müller, a sua esposa, dona Consuelo, aos ministros da Justiça e Negócios Interiores e inclusive a Vargas para reclamar pela liberdade dos autores ou de seus parentes e mesmo para delatar, portanto, estão inseridas num contexto maior e só podem e devem ser compreendidas no interior da conjuntura sócio-político de onde foram elaboradas: o governo Vargas.

As cartas possuem a peculiaridade de deixar transparecer sentimentos, desejos e revoltas dos personagens participantes da trama da repressão. São igualmente reveladoras do profundo mal-estar físico, moral e psicológico que sofreram os presos políticos e seus familiares.

Geralmente as correspondências utilizadas pelos historiadores dizem respeito a personagens famosos ou conhecidos, intelectuais ou escritores que marcaram a produção cultural do país. São trocas de cartas entre amigos pessoais ou parentes. Diferentemente destes, as cartas de presos políticos e de seus familiares são de pessoas comuns, sem qualquer projeção social, que revelam sua intimidade e sofrimentos desencadeados pela sua prisão ou de alguém de sua família. O ato de escrever também é marcado por diferentes motivos, não é para contar novidades familiares ou agradecer um favor. Tais cartas, apesar de terem sido escritas por diferentes pessoas de diversos lugares do país, possuem o mesmo teor: pedem pela liberdade daqueles que se encontram presos ou reivindicam alguma coisa para estes.

São cartas que revelam histórias e dramas individuais que se entrelaçam e ganham sentido no quadro da repressão do governo varguista e, portanto, estão inscritas no social e revelam aspectos obscuros deste. São memórias individuais marcadas pelas ações repressivas de um governo autoritário que usou de diversos tipos de violência como umas das estratégias para sua manutenção no poder.

Para podermos entender melhor o significado dessas cartas, farei um breve comentário a respeito da repressão empreendida por Vargas durante seu governo.

Da tentativa de efetivação de um projeto político-ideológico de controle social, o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) percorreu diferentes caminhos ou estratégias. No campo político-social, utilizou-se de atitudes paternalistas e assistencialistas com os trabalhadores, criou órgãos para regulamentar os conflitos entre patrão e empregado, garantiu direitos trabalhistas e previdenciários. Atuou também no campo ideológico através da propaganda insidiosa e presente em todos os espaços sociais, da casa à fábrica, da escola aos lugares de lazer e cultura.

Além dessas sutis armadilhas preparadas pelo Estado para o controle da população, havia ainda um outro dispositivo: a repressão, que atingia o corpo, mas também o espírito e a moral das pessoas.

Legitimadas por códigos, normas, leis e discursos, as práticas repressivas atacaram diretamente os comunistas, os "subversivos e extremistas", por meio de prisões e torturas. Porém, o restante da sociedade não ficou ileso a outras práticas de controle, como a vigilância e a delação, por exemplo. Todos os dispositivos repressivos, dos mais sutis aos mais explícitos, tinham por objetivo maior interiorizar normas, valores e condutas que fizessem de cada indivíduo um defensor e propagador da "nova ordem".

Apesar das rupturas político-sociais ocorridas no governo Vargas pelas várias fases pelo qual passou, desde o Governo Provisório, foi adotado uma política repressiva que vigorou até o final de seu mandato em 1945, recrudescendo-a ou amenizando-a conforme a conjuntura nacional e internacional fosse favorável a uma ou outra prática.

De 1930 até a decretação da Lei de Segurança Nacional, em 4 de abril de 1935, a repressão incidiu principalmente no movimento operário, prendendo comunistas, anarquistas, trotskistas, integralistas, opositores políticos - como os revoltosos paulistas de 32 - e obedeceu aos reclamos da política de controle do social, como em outros países liberais e democráticos. Arbitrariedades e abusos do poder da polícia eram comuns, mas a sociedade ainda estava amparada por uma Constituição liberal (após junho de 1934) e um Código Penal, e não havia sido legalmente acionado nenhum dispositivo cerceador das liberdades.

A Lei de Segurança Nacional e o Estado de Sítio, decretado depois do episódio da Intentona Comunista de novembro de 1935, e todos os outros instrumentos autoritários seguintes, iriam dar novos contornos às práticas repressivas e feição autoritária ao governo. Esses atos abriram caminho para a implantação da ditadura estadonovista tornando-se também contribuição fundamental para o processo de controle do social.

Veremos que a correspondência analisada explicita dois aspectos da repressão executada durante o regime varguista: o primeiro é o aumento do poder da polícia, em especial do chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Muller; um outro é o de que a violência foi mais abrangente do que a historiografia costuma afirmar.

No governo Vargas, a Polícia assumiu papel fundamental enquanto executor da política de repressão e controle da população. Nesse período, ela sofreu várias reformulações para

adaptar-se a nova situação político-social inaugurada após o golpe de 1930. Os resultados mais significativos dessas reformulações foram: a centralização das ações policiais nas mãos do chefe de polícia do Distrito Federal e a autonomia da Polícia em relação ao poder judiciário⁴.

A delegacia do Distrito Federal comandava não só as prisões, a repressão, a tortura a determinados elementos, mas também o controle, a vigilância de toda a sociedade, procurando, por meio da imposição do medo, do aliciamento, do engano, fazer de cada elemento social um possível delator de outro a favor da "ordem" e da "nação".

A polícia, então, enquanto instituição alçada ao *status* de ser um dos principais órgãos de manutenção do regime de Vargas, ganhou notoriedade e muito poder. Não só a instituição, mas igualmente os chefes de polícia, cujo poder incidia tanto nas decisões tomadas pelo governo para reprimir seus opositores, como no cotidiano de milhares de pessoas.

A representação de que a Polícia era um poderoso organismo de repressão e que agia sem bases legais, mas conforme melhor arbitrasse o chefe de polícia, é demonstrada explicitamente em uma carta, de 23 de dezembro de 1938, enviada para o Ministro da Justiça e Negócios Interiores em nome de 200 presos que, segundo o conteúdo da carta, podem ser classificados como comuns. Eles protestam contra suas prisões, alegando que não têm culpa formada e que estão presos porque são miseráveis ou então por estarem fichados pela Estatística Policial, e que *são atirados na masmorra, sob a égide de: A ordem do Chefe de Polícia*⁵.

A aplicação desse poder pelo chefe de polícia Filinto Müller significou para centenas de pessoas que se encontravam presas terem os seus destinos traçados pelas mãos deste homem.

Tamanho poder alcançado por Müller fica patente em várias cartas enviadas a ele, cujos remetentes, após a peregrinação por várias repartições públicas em busca de informações e de possibilidades de obtenção de liberdade dos seus familiares por vias legais, perceberam que a soltura dos detentos dependia somente da vontade, ou, como apela Avani Figueredo Bessa do (...) *coração generoso do homem digno que é o senhor*⁶.

Margarida d'Araujo, ciente de que o poder judiciário não possuía autoridade para colocar em liberdade seu marido, escreve à esposa de Filinto Müller, dona Consuelo, pedindo que esta interfira junto ao cônjuge, (...) *a única pessoa que pode dar a liberdade a meu infeliz marido*⁷:

Corroborando as considerações anteriores, tem-se a carta de Yvonne Noronha à esposa de Müller, datada de 26 de março de 1940, na qual Ivonne relata a situação jurídica e física do esposo, o jornalista Gentil Noronha, preso há quase 06 meses e que, embora tivesse obtido a suspensão da sua prisão preventiva pelo juiz Pereira Braga, esta ainda não havia sido efetivada pela polícia.

Pedindo a interferência de D. Consuelo junto ao seu marido, Yvonne Noronha confirma a subordinação do judiciário ao aparato policial: *Trata-se de uma situação perfeitamente legal, autorizada pelo sr. juiz do Tribunal de Segurança. Basta agora a vontade de seu marido*⁸.

As cartas apontam para o significado que os anos de autoritarismo tiveram para uma parcela da sociedade. Nesse sentido, pode-se citar, ainda, a carta datada de 1941, remetida por Corina Ramos da Fonseca ao chefe de polícia do Distrito Federal, pedindo pela liberdade do filho, Antenor França da Fonseca, preso na Casa de Detenção. Na carta, ela escreve: (...) *lancei mão agora deste meio afim de merecer de vosso coração caridoso esta grande esmola que consiste na liberdade de meu filho*⁹ (*grifo meu*).

Esta percepção da remetente de que a liberdade do filho é uma concessão de esmola de alguém, e não um direito que assiste a todo preso inocente, dado por um órgão jurídico no exercício de suas funções, é reveladora não só da autonomia da polícia perante o judiciário, mas também da deterioração deste poder que se tornou, no Governo Vargas, um mero enfeite, uma fachada.

Não só essa, mas várias outras cartas possuem esse tom de pedido de "esmola", quando procuram interferir junto a Müller ou a sua esposa, em favor de algum parente. Tamanha autoridade conferida à polícia desarmava os indivíduos, tornando-os indefesos, pois os presos passavam a não ficar mais sujeitos a um código penal - que de alguma forma os protegia, - mas subordinados à vontade dos chefes de polícia.

Pelas considerações anteriores, é perceptível que o conteúdo das cartas e as argumentações de Elizabeth Cancelli a respeito do aparato policial se afinam, se encontram. Porém, as mesmas cartas também apontam para outras perspectivas a respeito do aparato policial e, ainda, como sua ação era percebida e registrada na fala desses sujeitos.

Ao comentar sobre a forma como a ação policial era representada no governo Vargas, Cancelli afirma que:

A ação policial caminhava como se fosse um poder independente, paralelo e despersonalizado. A repressão e o sofrimento não eram atribuídos ao presidente ou ao chefe de Polícia. Brotavam como fruto de uma ação impessoal, como algo que acontecesse por si, à revelia de qualquer fato ou vontade¹⁰.

Ainda que pese o número reduzido de cartas, elas são significativas por apontarem uma outra percepção que algumas remetentes tinham a respeito da ação da polícia. Para essas, a repressão não advinha de um poder *despersonalizado e impessoal*, mas sim da ação de policiais que estavam sob o comando de alguém, e que somente este superior hierárquico poderia conceder a liberdade aos seus familiares.

Zillá Margarida da Costa de Senra, em carta datada de janeiro de 1936, apela a Müller pela liberdade do marido, pois (...) atos precipitados da polícia o levaram a este lamentável

labyrinth, deixando-me em troca o abandono de meu lar e a separação injusta(...)'¹¹Grifos meus. Neste caso, a remetente tinha perfeita consciência de que a prisão de seu esposo tinha um responsável: a polícia.

Em outra carta, remetida a esposa de Müller, em 1933, o preso João Dias Braga relata:

E o caso Ex.ma S^a., que, encontro-me preso, recolhido à casa de Detenção à ordem de vosso digníssimo esposo...sem que motivo algum tenha precedido, ou dado lugar á minha detenção, sinão que, á má vontade de alguns agentes policiais, que servem às ordens do mesmo vosso querido esposo¹² (...) Grifos meus.

O conteúdo das cartas revela que esses presos e seus familiares tinham conhecimento e consciência de que as práticas repressivas eram oriundas das ordens dos chefes de polícia e de seus agentes, e de que estavam submetidos ao livre arbítrio desses.

As cartas revelam situações concretas e vividas por uma parcela da sociedade nos anos de ditadura varguista. Se por um lado, a população brasileira desfrutou do assistencialismo e paternalismo deste Estado, por outro, sentiu e sofreu a dura realidade da repressão. A historiografia que analisou o período e abordou essa temática geralmente enfatiza o sofrimento daquele que foi preso e torturado, como se as conseqüências desses atos afetassem somente o indivíduo em questão. Contudo, estiveram enredados nessa trama não só os presos, mas também suas esposas, filhos, pais e amigos.

A leitura das cartas chamou a atenção para outros desdobramentos da prática repressiva. Elas indicaram que esta atingia um número muito maior de pessoas. Não somente os presos, mas todos os seus familiares sofreram moral, física e psicologicamente os atos autoritários do regime. Uma das conseqüências para o indivíduo preso que era marido, pai ou responsável pelo sustento de outros foi o esfacelamento da organização familiar e conseqüente sofrimento de seus membros.

A ampliação desse quadro de sofrimentos e arbitrariedades leva-nos a conhecer mais profundamente essa faceta ainda obscura do governo Vargas, e, principalmente, coloca a repressão deste período numa dimensão até então não percebida ou analisada. Tudo isso indica que uma parcela bem mais significativa da sociedade vivenciou, de forma direta, as mais duras medidas repressivas implementadas na época.

A grande maioria das cartas analisadas deixa patente, que após a prisão do marido ou do filho, o resto da família passava por sérias dificuldades financeiras. Essas dificuldades causavam fome, sofrimento, despejo, doença, etc, e somente podiam ser revertidas após a libertação do preso. Esta realidade era a principal justificativa utilizada pelos remetentes das cartas para solicitar sua liberdade ou de parentes e amigos. Como exemplo, tem-se a carta de Amália de Figueredo Moura, que apela a Müller: *Caro senhor peço-vos encarecidamente, a liberdade de meu marido pois com quatro filhos menores não posso procurar emprego*¹³ .

Corina Ramos da Fonseca recorreu ao ato de escrever uma carta como a única via para comunicar-se com Filinto Müller e pedir-lhe a liberdade de seu filho Antenor França da Fonseca, encarcerado na Casa de Detenção. Apesar de reconhecer na carta que seu filho cometeu uma infração, *contrariando as vossas ordens*, a remetente apela pela caridade de Müller para libertá-lo. Alega que não só ele, mas também ela e mais quatro netos menores estão sofrendo, e, por ser velha e doente, não possui recursos para sustentar a todos. Como agravante da sua situação, informa D. Corina que sua nora (...) *está prestes a dar luz a uma criança e nessa situação sofrendo também grandes privações(...)*¹⁴.

Em carta escrita a senhora Müller e datada de 04 de julho de 1936, Rio de Janeiro, o preso José Avelino da Cruz pedia para que esta interferisse em seu nome, junto ao marido, a favor de sua liberdade. Justificava seu pedido afirmando que nenhum crime cometera e que (...) *presentemente não soffro só. Tenho a minha companheira e 3 filhos que passam as maiores misérias em virtude de minha reclusão*¹⁵.

Verifica-se que, somado ao sofrimento de ser preso, torturado, mau tratado, etc havia ainda, para muitos indivíduos, a angústia de saber que sua família passava necessidades financeiras, que ela ficara abandonada na miséria, sem ter muito a quem recorrer. Todos esses sentimentos que afetam os presos não podem ser medidos. Suportar isso até o seu limite talvez fosse a única saída para muitos. Entretanto, a resistência de cada ser humano é variável e o limite de cada um pode ser também o seu fim.

Marighela, quando preso em 1935, registrou em sua memória, um fato dessa natureza, referente ao marinheiro Freitas: (...) preso e terrivelmente espancado, o qual, sabedor de que sua família estava em difíceis condições de vida, não teve outro recurso senão lançar mão de uma gilete para cortar os pulsos... finalmente, suicidou-se numa enfermaria, enforcando-se com um lençol¹⁶.

Todas estas situações vividas pelos presos e pelos seus familiares remetem-nos a algumas questões relativas a outros papéis assumidos pelas mulheres diante da prisão repentina do provedor da casa, ao significado de família e ao exercício da cidadania.

Em carta enviada ao chefe de polícia do Distrito Federal, Miguelina Nunes dos Santos diz o seguinte:

Peço vossa exelencia confiada em vosso coração de esposo e pãe amantíssimo e honrado. Achando sem meios para falar peçoalmente ao Sr. faço-vos está solicitando para a vosa exelencia manda ver o que há contra meu esposo José Ferreira Guimarães prezo a vossa disposição, desde o dia 15 de novembro. Chegando de Minas aqui no dia 10 deste, que hoje faz 20 dias, acho-me sem conhecer ninguém neste tera, e sem recurso estando até hoje no hotel e sem poder sair, passando até fome¹⁷.

Além de invocar a dificuldade financeira em que se encontra, Miguelina aponta para uma mudança radical em sua vida, pois largara seu lar, seu espaço - Minas Gerais - e fora

para outro - o Rio de Janeiro - , onde se encontrava sozinha, sem conhecer ninguém para ajudá-la.

Viver tal experiência não foi exclusividade sua. Inúmeras outras mulheres percorreram o mesmo caminho na busca de seus maridos e filhos, como foi também o caso de Margarida d'Araújo, que coloca sua mudança da seguinte forma: *Vim dum mundo ao outro minha senhora para me juntar a meu marido e meus filhos e á três mezes que vivo neste martírio*¹⁸.

Todas estas considerações são fortes indícios de que significativas modificações estavam ocorrendo no âmbito familiar daqueles que se encontravam presos. A família não apenas desorganizava-se, mas também chegava a ponto de desestruturar-se diante das novas condições impostas pela ditadura.

A percepção de que sua família havia se perdido, se desestruturado totalmente vem de Yvonne Noronha, em carta enviada a esposa de Müller na qual, pesarosa, diz: *Já perdemos tudo minha senhora, inclusive móveis e objetos que tivemos de vender para as despesas deste 6 mezes...Desejo reaver o meu lar e a minha paz com meu esposo*¹⁹.

Diante do que foi exposto, é notório que as mulheres, parentes dos detentos, ganharam novo papel social no contexto do autoritarismo do governo Vargas.

A riqueza das memórias de Graciliano Ramos traz a tona estas personagens indispensáveis no novo cenário imposto pelo Estado a milhares de indivíduos. As mulheres tornaram-se peças importantes para o estabelecimento de vínculos entre dois espaços: o do presídio e o que estava além deste. Ramos, narrando o horário de visitas no presídio em que se encontrava, comenta sobre o papel das figuras femininas, as mulheres dos presos e sua importância para a ligação entre os presidiários e o resto da sociedade:

As mulheres funcionavam como agentes de ligação, traziam notícias minuciosas, levavam relatórios, cartas, recados. Naquela meia hora realizava-se uma prestação de contas, liquidavam-se tarefas, surgiam outras, das ninharias individuais às arrojadas combinações políticas²⁰.

As mulheres abandonavam seu costumeiro papel de esposa e mãe e passavam a exercer o de defensoras de seus maridos, de burocratas, de cidadãs em busca de seus direitos. Uma nova dinâmica impulsionava-lhes a vida, como exemplifica as novas ações da esposa de G. Ramos: *Estivera no Ministério da Guerra, no Ministério da Justiça, no palácio do Catete, na Chefatura da Polícia, falara a deputados e a generais*²¹. Este vai-e-vem tornou-se a rotina de milhares de outras pessoas na tentativa de libertar seus parentes.

Estas mulheres, então, não só visitavam seus maridos nas prisões, levando solidariedade, ânimo e comida, entre outros, mas, acima de tudo, agiam a favor deles, mobilizando-se dentro das possibilidades permitidas pela ditadura.

Os resultados dessa mobilização foram as viagens que fizeram para o lugar onde os parentes estavam encarcerados, as inúmeras cartas enviadas ao chefe de polícia, à esposa

deste, ao ministro da justiça, ao próprio Getúlio Vargas, solicitando a liberdade ou a transferência dos presos para outros locais. E, ainda, o difícil aprendizado de artigos e leis as quais recorriam para justificar seus pedidos e requerimentos.

Na década de 30, algumas mulheres sofreram repressões policiais por causa de suas atuações políticas. Acusadas de serem aliancistas e comunistas, por pertencerem a União Feminina do Brasil, ficaram detidas na Casa de Correção do Rio de Janeiro Armanda Alvaro Alberto, Eugenia Alvaro Moreira, Maria Moraes Werneck de Castro, Eneida Costa de Moraes, etc. Além destas, a repressão policial, após novembro de 1935, também encarcerou Carmen Ghioldi, mulher de Rodolfo Ghioldi, do PC argentino; Olga Benário, esposa de Luís C. Prestes; Elise Ewert, esposa de Arthur Ernest Ewert, depois de ser duramente torturada²².

O Estado Novo, buscando a disciplinarização e racionalização da sociedade impunha a elas a divisão dos papéis sociais em nível de gêneros: às mulheres cabiam os cuidados com o lar, o marido e os filhos, mesmo trabalhando fora. Ao homem, prover a casa, cuidar da política, dos negócios, da ordem. Definindo tais espaços a partir do gênero, o Estado legitimava uma tradição de séculos criada pela ordem burguesa²³.

Ainda que pese toda esta normatização das práticas femininas, as mulheres das famílias dos detentos passaram a agir redefinindo as suas práticas cotidianas. Porém, não sem grandes dificuldades, visto que a necessidade as impulsionou a explorar um espaço que não era o seu, mas sim dos homens: o espaço público, o exterior, o mundo dos negócios e da política.

Fazer parte deste novo espaço e iniciar-se nos seus meandros causava embaraços e perdas, como atesta Graciliano Ramos, ao falar da incursão de sua esposa no mundo dos negócios e das finanças: *A criatura tinha vendido os móveis e o resto, cedeu tudo às cegas e naturalmente se embrulhara. As suas contas andavam sempre numa complicação. O dinheiro para ela tinha uma significação muito relativa*²⁴.

Nesse trecho é visível que a imposição de atividades que antes nunca exercera - negócios e finanças - era difícil para esta mulher, e trazia-lhe problemas.

As mulheres passaram a viver situações inusitadas que as desorientavam, como se tornar num curto espaço de tempo, o chefe, o arrimo da família, ainda que tal exercício, desde há muito, tenha sido realizado por mulheres na nossa sociedade²⁵.

A princípio, muitas mulheres agiam sozinhas na busca de informações e liberdade de seus parentes, mas como não estavam isoladas nesta trajetória, encontravam várias aliadas que partilhavam dos mesmos sofrimentos e angústias pelos seus presos.

A maioria das cartas encontradas é de mulheres, visto que, enquanto esposa e mãe, sofriam diretamente o primeiro impacto da prisão do marido ou filho e iriam sofrer, algumas, juntamente com sua prole, todos os efeitos deste ato.

Uma carta enviada ao Ministro da Justiça, em 1 de junho de 1939 e, assinada por mães, esposas e irmãs de presos políticos é um pequeno exemplo dessa luta. Num período em

que as vozes se calavam, essas mulheres escreviam denunciando ao Ministro as más condições dos presídios, a falta de médicos, dentistas, cobertores, camas, vestuário e pedindo a transferência de seus entes para o presídio de Fernando de Noronha²⁶.

Conforme se constata, as lutas das mulheres dos presos políticos, não foi para conquistar um novo espaço social. Não foram lutas feministas, mas sim para recuperar o que haviam perdido, ou seja, seu homem, seu filho, seu lar que fora desorganizado com a prisão de seus entes.

O que essas mulheres desejavam era reaver o antigo lugar que ocupavam na sociedade, de esposas e mães que cuidam da casa, tendo o marido ou o filho como provedor de suas necessidades.

A imagem que se forma, então, sobre as mulheres, nesse período, é totalmente fragmentada, diversa e heterogênea. Há a dona-de-casa, a mãe, a esposa, a militante, a política. Será que podemos chamar a qualquer uma delas de passiva, disciplinada e obediente? No turbilhão da vida, quando foram chamadas à ação, elas se descobriram lutadoras, desobedientes, rebeldes, na busca do que lhes foi importante, necessário, do que queriam para suas vidas.

Notas

¹ Esta pesquisa teve apoio financeiro do CNPq.

² GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si**. Escrita da história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

³ Idem. p. 19.

⁴ CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia na era Vargas. Brasília: EDUNB, 1993.

⁵ MJNI. Caixa 525.

⁶ Arquivo Filinto Muller. FM. 33. 02. 21 chp/ad. Pasta I.

⁷ Arquivo Filinto Muller. FM. 33. 03. 23. chp/ad. Pasta II. Provavelmente, as cartas endereçadas a dona Consuelo deveriam passar primeiro pelo crivo do esposo, portanto, acreditamos que a senhora Muller não recebeu nenhuma delas.

⁸ Arquivo Filinto Muller. FM. 33. 03. 23. chp/ad. Pasta II.

⁹ Arquivo Filinto Muller. FM. 33. 03. 23. chp/ad. Pasta II.

¹⁰ CANCELLI, Elizabeth. op. cit. p. 392/393.

¹¹ Arquivo Filinto Muller. FM. 33. 03. 23. chp/ad. Pasta I

¹² Arquivo Filinto Muller. FM. 33.03. 23. chp/ad. Pasta I.

¹³ Arquivo Filinto Muller. FM. 33. 03.23. chp/ad. Pasta II.

¹⁴ Arquivo Filinto Muller. FM.33.03.23. chp/ad. Pasta II.

- ¹⁵ Arquivo Filinto Muller. FM. 33.03.23 chp/ad. Pasta I.
- ¹⁶ MARIGHELLA, Carlos. O Estudante Marighella nas prisões do Estado Novo. p. 21. Apud. DULLES, John. **O Comunismo no Brasil**. São Paulo: Nova Fronteira. p. 65.
- ¹⁷ Arquivo Filinto Muller. FM.33.03.23. chp/ad. Pasta II.
- ¹⁸ Arquivo Filinto Muller. FM.33.03.23 chp/ad. Pasta II.
- ¹⁹ Arquivo Filinto Muller. FM.33.03.23 chp/ad. Pasta II.
- ²⁰ RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. São Paulo: Record, 1992. v. I. p. 286.
- ²¹ Ibidem. p.274.
- ²² MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- ²³ REIS, Maria Cândida D. **Tessitura de destinos: mulher e educação**. São Paulo 1910/20/30. São Paulo: EDUC, 1993.
- ²⁴ Ramos. Graciliano. op. cit. p. 274.
- ²⁵ Eni de Mesquita Samara no artigo: Mulheres chefes de domicílios: uma análise comparativa no Brasil do século XIX In: **Revista de História**, São Paulo: UNESP, v. 12, 1993, salienta que em várias regiões do Brasil, muitas mulheres trabalhavam fora, geriam seus negócios e eram chefes de famílias.
- ²⁶ MJNI. Caixa 526.